



C-310

C-311

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 70/2014

MÚSICO - OBOÉ | MÚSICO - PIANO

PROVA OBJETIVA - PRÁTICA

Leia com atenção as Instruções

1. Você recebeu do fiscal um **cartão de respostas da parte objetiva** e este **caderno de questões** que contém **20 (vinte) questões objetivas**.
2. É sua responsabilidade verificar se o nome do cargo informado neste **caderno de questões** corresponde ao nome do cargo informado em seu **cartão de respostas**.
3. Você dispõe de **3 (três) horas** para realizar a prova, incluindo o preenchimento do **cartão de respostas**.
4. Somente depois de decorrida uma hora do início da prova, o candidato poderá retirar-se da sala de prova em caráter definitivo, obrigatoriamente entregando ao fiscal de sala todo o material de prova recebido.
5. Somente será permitido ao candidato levar seu **caderno de questões** quando faltar uma hora para o término do tempo estabelecido para a prova.
6. É terminantemente vedado copiar respostas, em qualquer fase do concurso público.

7. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão ser liberados juntos.
8. Se você precisar de algum esclarecimento, consulte o fiscal.

Somente após autorização para o início da prova:

1. Verifique, neste **caderno de questões**, se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
2. Verifique, no **cartão de respostas**, se existem espaços suficientes para a marcação das respostas de todas as questões objetivas existentes neste caderno de questões.
3. Transcreva a frase abaixo, utilizando letra cursiva, no espaço reservado no seu **cartão de respostas**.

"Não é necessário ver todos os degraus. Apenas dê o primeiro passo." *Martin Luther King Jr.*

Cronograma Previsto - Prova Objetiva - Prática

| Atividade | Início | Término |
|--|------------|------------|
| Aplicação da parte prática das provas dos cargos do grupo "C" | 04/08/2014 | 08/08/2014 |
| Divulgação das provas - Todos os cargos - Internet | 18/08/2014 | |
| Divulgação dos gabaritos preliminares das provas - Todos os cargos - Internet | | |
| Disponibilização das imagens do material de prova - Todos os cargos - Internet | | |
| Divulgação do resultado preliminar das provas - Todos os cargos - Internet | | |

Consulte o cronograma completo em <http://concursos.pr4.ufrj.br>

LÍNGUA PORTUGUESA

Em 27 de março último, o Conselho Universitário da UFRJ aprovou a criação do Ano da Memória e Verdade da universidade. Especialmente entre 1º de abril de 2014 e 1º de abril de 2015, diversas iniciativas coordenadas pela Comissão da Memória e Verdade da instituição discutirão os anos de ditadura militar marcados por graves violações de direitos na sociedade, nas instituições universitárias, em geral, e na UFRJ, em especial.

O texto adiante é o da Nota Pública da COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE publicada em 30 de março de 2014. Leia-o, atentamente, e responda às questões 1 e 2 propostas a seguir.

50 anos do golpe de Estado de 1964

Há cinquenta anos um golpe de estado militar destituiu o governo constitucional dopresidente João Goulart. Instaurou por longo tempo no país um regime autoritário que desrespeitava os direitos humanos; no qual os direitos sociais de muitos eram ignorados; em que os opositores e dissidentes foram rotineiramente perseguidos com a perda dos direitos políticos, a detenção arbitrária, a prisão e o exílio; onde a tortura, os assassinatos, os desaparecimentos forçados e a eliminação física foram sistematicamente utilizados contra aqueles que se insurgiam. Neste cinquentenário, a Comissão Nacional da Verdade quer homenagear essas vítimas e reafirmar sua determinação em ajudar a construir um Brasil cada vez mais democrático e mais justo.

A Comissão Nacional da Verdade nasceu com o objetivo de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período. (1) Baseia-se na convicção de que a verdade histórica tem como objetivo não somente a afirmação da justiça, mas também preparar a reconciliação nacional, como vem assentado no seu mandato legal. Esteia-se na certeza de que o esclarecimento circunstanciado dos casos de tortura, morte, desaparecimento forçado, ocultação de cadáver e sua autoria, a identificação de locais, instituições e circunstâncias relacionados à prática de violações graves de direitos humanos, constituem dever elementar da solidariedade social e imperativo da decência, reclamados pela dignidade de nosso país. (2) Não deveria haver brasileiro algum ou instituição nacional alguma que deles se furtassem sob qualquer pretexto.

No ano passado comemoramos os vinte cinco anos da promulgação da Constituição Brasileira de 1988. Oitenta e dois milhões de brasileiros nasceram sob o regime democrático. Mais de oitenta por cento da população brasileira nasceu depois do golpe militar. O Brasil que se confronta com o trágico legado de 64, passados cinquenta anos, é literalmente outro. O país se renovou, progrediu e busca redefinir o seu lugar no concerto das nações democráticas. Não há por que hesitar em incorporar a esta marcha para adiante a revisão de seu passado e a reparação das injustiças cometidas. (3) Pensamos ser este o desejo da maioria. É certamente o sentido do trabalho da Comissão Nacional da Verdade.

1. Os trechos (1) Baseia-se na convicção de que a verdade histórica tem como objetivo não somente a afirmação da justiça, mas também preparar a reconciliação nacional, como vem assentado no seu mandato legal e (3) Pensamos ser este o desejo da maioria, destacados na Nota Pública, indicam o entendimento da Comissão Nacional da Verdade de que:
 - A) a investigação do período da ditadura militar divide o país ao meio, razão pela qual a maioria deve apoiar o mandato legal dado à Comissão para apurar e punir os crimes cometidos no período.
 - B) os anos de ditadura militar no Brasil dividiram opiniões no país, o estabelecimento da verdade é decisivo para a promoção da justiça e da democracia e a investigação desse período ditatorial, na atualidade, tem apoiadores, em maior número, e opositores, em minoria.
 - C) com o apoio da maioria de esquerda e de um mandato legal, a apuração dos crimes praticados no período ditatorial deve ser levada às últimas consequências, haja o que houver, doa em quem doer.
 - D) mais do que fazer justiça, a investigação dos crimes praticados pela ditadura militar deve punir exemplarmente os agentes e autoridades responsáveis, a fim de que nunca mais se repitam as barbaridades daquele período.
 - E) uma vez que a investigação do período da ditadura militar divide profundamente o país, as prioridades devem ser a de evitar o confronto com a minoria que apoiou o regime e reconciliar a maioria dos brasileiros com esses grupos ainda muito influentes e poderosos.

2. O trecho (2) Não deveria haver brasileiro algum ou instituição nacional alguma que deles se furtassem sob qualquer pretexto, destacado na Nota Pública, revela que a Comissão Nacional da Verdade:
 - A) não permitirá a falta de cooperação de quaisquer indivíduos ou instituições que prejudique as apurações e o consequente cumprimento do dever elementar da solidariedade social e do imperativo da decência, reclamados pela dignidade de nosso país.
 - B) faz um apelo ingênuo pela colaboração de todos os brasileiros e instituições do país com os trabalhos de investigação das violências praticadas pelo Estado ditatorial e com a punição justa dos responsáveis, sob qualquer pretexto.
 - C) entende que o dever elementar da solidariedade social e o imperativo da decência estão acima do esclarecimento circunstanciado dos casos de tortura, morte, desaparecimento forçado, ocultação de cadáver e sua autoria, à identificação de locais, instituições e circunstâncias relacionados à prática de violações graves de direitos humanos praticados no período ditatorial.

- D) reconhece e critica a existência de brasileiros e instituições do país que se opõem ao esclarecimento circunstanciado dos casos de tortura, morte, desaparecimento forçado, ocultação de cadáver e sua autoria, à identificação de locais, instituições e circunstâncias relacionados à prática de violações graves de direitos humanos praticados no período ditatorial.
- E) chama a atenção, firmemente, para a possibilidade de adoção de medidas necessárias para evitar a atuação de brasileiros e instituições que, sob qualquer pretexto, se furtem a cumprir o elementar da solidariedade social e a respeitar o imperativo da decência, reclamados pela dignidade de nosso país.

3. O texto adiante é um trecho de entrevista de Jean Marc Van der Weid – ex-estudante de Engenharia Química da UFRJ (1966) e presidente da UNE (1969) – que integra publicação da UFRJ. Leia-o, atentamente, e responda à questão proposta a seguir.

“Em 68, por exemplo, uma parte significativa das lideranças do movimento estudantil vai para a luta armada, para a clandestinidade e sofre as conseqüências dessa opção, por que as relações de forças eram extremamente negativas, e há um massacre. A esquerda simplesmente deixa de existir como força organizada por um período significativo, eu diria até, 76, 77. No final de 78, a esquerda está reduzida a quase nada, com ações muito fragmentadas aqui e ali. Então uma parte dessa vanguarda do movimento estudantil some nesse momento. Outros foram encontrando outros caminhos (...)”.

Quanto à tipologia textual, podemos afirmar que no trecho predominam as características do texto:

- A) narrativo.
B) dissertativo.
C) descritivo.
D) descritivo-argumentativo.
E) narrativo-descritivo.
4. O fragmento adiante é uma adaptação do texto “Da Vaia em Castelo ao Massacre da Praia Vermelha”, do pesquisador José Arthur Poerner, publicado em *Invasão da FNM 40 anos* (2006), parte da Série Memorabilia, editada pela Superintendência de Comunicação da UFRJ. Leia-o, atentamente, e responda à questão proposta a seguir.

Enquanto a União Metropolitana de Estudantes (UME) preparava um plebiscito nacional sobre a Lei Suplicy de Lacerda, que interveio na livre organização estudantil; “Castelo Branco¹ recebia uma estrondosa vaia, na presença do corpo **(1)** diplomático, na aula inaugural da Universidade do Brasil, em março de 1965, na Escola Nacional de Arquitetura, na Ilha do Fundão. Cinco dos estudantes que vaiaram o chefe do governo foram presos pela Polícia do **(2)** Exército (...) O Conselho Universitário aprovou (...) a suspensão de 30 dias, recomendada para os estudantes pela comissão especial incumbida de apurar as origens da vaia a Castelo Branco.”

¹ O general Humberto de Alencar Castelo Branco foi o primeiro ditador empossado na Presidência da República em consequência do golpe civil-militar que, em 1º de abril de 1964, depôs o presidente constitucional João Goulart.

Quanto às palavras **(1)** e **(2)** sublinhadas no texto podemos afirmar que:

- A) estão corretamente acentuadas, uma vez que ambas são proparoxítonas.
B) estão incorretamente acentuadas, uma vez que ambas são proparoxítonas.
C) estão incorretamente acentuadas, uma vez que ambas são paroxítonas.
D) a palavra **(1)** está corretamente acentuada, uma vez que é proparoxítona, e a palavra **(2)** está incorretamente acentuada, uma vez que é paroxítona.
E) a palavra **(1)** está incorretamente acentuada, uma vez que é oxítona, e a palavra **(2)** está também incorretamente acentuada, já que é proparoxítona.

Leia o texto a seguir e responda a questão 5:

Greve na UFRJ reúne 16 mil alunos de todas as Faculdades Reuniões

“As Faculdades da Praia Vermelha realizaram ontem (1) a tarde assembléias para discutir (2) a política educacional do Governo, sob (3) a vigilância de um choque da PM e de diversos agentes do DOPS, sem se registrarem incidentes.(...) Os presidentes das extintas UNE e UME, Vladimir Palmeira e Luís Travassos, percorreram ontem durante o dia diversas faculdades e realizaram assembléias para permitir maior participação dos estudantes na greve. (...)”.

“O Secretário de Segurança, General França de Oliveira, afirmou ontem que não permitirá (4) a concentração programada pelos universitários para o dia 11, no pátio do MEC, ‘porque é ilegal, e os que insistirem em realizá-la serão presos e processados dentro da Lei de Segurança Nacional’. Segundo o General França de Oliveira, ‘(5) a concentração está sendo organizada por estudantes comunistas, da linha chinesa, e, portanto, é subversiva’”.

Jornal do Brasil, 06 de junho de 1968.



5. O texto dado é uma transcrição adaptada da matéria publicada na edição do Jornal do Brasil de 06 de junho de 1968, conforme o fac-símile reproduzido. Dentre as alternativas adiante, assinale aquela que apresenta a sequência correta quanto ao emprego do sinal indicativo da crase.

- A) (1) à; (2) a; (3) à; (4) a; (5) a.
- B) (1) a; (2) a; (3) a; (4) a; (5) a.
- C) (1) à; (2) a; (3) a; (4) a; (5) a.
- D) (1) a; (2) a; (3) à; (4) à; (5) a.
- E) (1) a; (2) a; (3) à; (4) a; (5) a.

Leia o texto a seguir e responda a questão 6:

“Desde a véspera do massacre, após uma (1) passeata sob a divisa ‘Povo organizado derruba a ditadura’, 600 estudantes (240 eram moças) estavam (2) encurralados por centenas de policiais, na Faculdade de Medicina da UFRJ. Às 3h45 do dia 23, (...) deu-se a (3) invasão, assim descrita pela mãe de uma das moças cercadas, em carta à Revista Civilização Brasileira: ‘... A golpes de aríete, correndo (4) histericamente, chegavam os PMS (...), quebraram os portões da FNM e, feito uma horda de bárbaros, aos gritos e palavrões, invadiram a faculdade... Vi sair um rapaz todo ensangüentado, debaixo de cacetadas, uma moça semidespida e descalça, carregada por policiais do Exército, e mais outra (5) desmaiada, e serem carregadas para a ambulância. Vi um rapaz aleijado ser espancado na perna defeituosa; rapazes semimortos, alguns deles muito jovens, (...); outros, capangando, eram postos a correr, sob uma saraivada de cacetadas e aos gritos de corram vagabundos, covardes, filhos da... Não pude me conter, gritando que parassem com aquela covardia e um dos facinoras me disse: ninguém está batendo pra valer, é só para assustar. Outro gritou: sai daí que não queremos bater também em velhas... (...)”.

Da Vaia em Castelo ao Massacre da Praia Vermelha. José Arthur Poerner. Invasão da FNM 40 anos. Série Memorabilia. UFRJ. Setembro de 2006.



6. Considerando as relações de sinonímia, assinale, dentre as alternativas adiante, aquela cuja relação de termos sinônimos que substituem as expressões numeradas e sublinhadas não altera o sentido e a dramaticidade original do texto:

- A) (1) caminhada; (2) acompanhados; (3) entrada; (4) descontroladamente; (5) descolorida.
- B) (1) excursão; (2) monitorados; (3) ocupação; (4) tensamente; (5) desbotada.
- C) (1) passeio; (2) controlados; (3) intromissão; (4) nervosamente; (5) enfraquecida.
- D) (1) digressão; (2) cingidos; (3) conquista; (4) desequilibradamente; (5) esmorecida.
- E) (1) manifestação; (2) sitiados; (3) irrupção; (4) exaltadamente; (5) desfalecida.

7. O texto adiante relaciona trechos de matéria publicada em 14 de abril de 2014 no Portal Brasil, página eletrônica de comunicação do governo federal, e apresenta diversos defeitos e incorreções. Leia-o, atentamente, e responda à questão proposta.

“Nove a cada dez jovens acreditam que é possível mudar o mundo”

“Segundo o Censo 2010, último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os jovens ocupam, hoje, um quarto da população do País. (...) Um levantamento feito entre abril e maio de 2013, pela Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) da Secretaria Geral da Presidência da República, para analisar o perfil dos jovens brasileiros, detalha um pouco mais essa porcentagem. (...).

Entre os assuntos que os jovens consideram mais importantes para serem discutidos pela sociedade estão a desigualdade social e pobreza, para 40%, e drogas e violência, para 38% dos jovens que participaram da pesquisa da Secretaria Nacional da Juventude. Em seguida vêm política (33%), cidadania e direitos humanos (32%), educação e futuro profissional (25%), racismo (25%) e meio-ambiente e desenvolvimento sustentável (24%). E por fim, o que os jovens avaliam como mais positivo no Brasil é, em primeiro lugar, a possibilidade de estudar (63%) e em segundo lugar, a liberdade de expressão. Apenas 4% dos jovens declaram que não há nada de positivo no País.

Podendo aí se subentender uma característica de sonhador e batalhador do jovem brasileiro, (1) o estudo da SNJ mostra também que é muito clara para eles a percepção sobre a capacidade da juventude de mudar o mundo. Cerca de nove em cada dez dos entrevistados responderam que os jovens podem mudar o mundo, sendo que para 7, eles podem mudá-lo e muito.”

Fonte: Portal Brasil, com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, da Secretaria Nacional da Juventude e do Ministério do Trabalho e Emprego

Sobre o trecho (1), sublinhado no último parágrafo do texto, marque, dentre as alternativas adiante, aquela que apresenta a redação mais adequada no que se refere aos princípios, mecanismos e estruturas da coesão e coerência textuais.

- A) o estudo da SNJ mostra também que é muito clara para os jovens a percepção sobre a capacidade da juventude de mudar o mundo.
B) o estudo da SNJ mostra também que é muito clara a percepção da juventude sobre sua capacidade de mudar o mundo.
C) o estudo da SNJ mostra também que a percepção da Secretaria Nacional da Juventude sobre a capacidade da juventude de mudar o mundo é muito clara para eles.
D) o estudo da SNJ mostra também que a percepção da Secretaria Nacional da Juventude sobre a capacidade da juventude de mudar o mundo é muito clara para ela.
E) a capacidade da juventude de mudar o mundo segundo a percepção do estudo da SNJ é muito clara para eles.
8. Em 17 de abril deste ano, Gabriel García Márquez, escritor colombiano, de Aracataca, agraciado com o Prêmio Nobel, deixou a vida, na Cidade do México, para ser eternizado na literatura e na cultura universais. O texto adiante são as linhas finais de seu celebrado romance *O Amor nos Tempos do Cólera*. Depois de lê-lo, com atenção, responda à questão proposta.

“(…) O comandante olhou Fermina Daza e viu em suas pestanas (1) os primeiros lampejos de um orvalho de inverno. Depois olhou Florentino Ariza, seu domínio invencível, seu amor impávido, e se assustou com a suspeita tardia de que é a vida, mais que a morte, a que não tem limites.

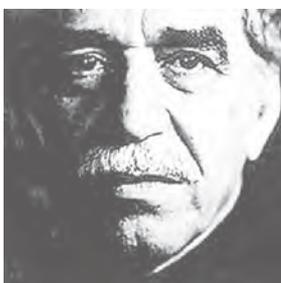
– E até quando acredita o senhor que podemos continuar neste ir e vir do caralho?
– perguntou.

Florentino Ariza tinha a resposta preparada havia cinquenta e três anos, sete meses e onze dias com as respectivas noites.

– Toda a vida – disse.”

A expressão (1), destacada no trecho, mostra uma bela “*figura de linguagem*” utilizada por García Márquez. Assinale, dentre as alternativas adiante, aquela que a nomeia corretamente.

- A) Anáfora.
B) Hipérbole.
C) Polissíndeto.
D) Metáfora.
E) Antonomásia.



9. 2014, como se pode ver, está sendo um ano pleno de acontecimentos e significados que não apenas nos remetem ao passado histórico como também, por isso mesmo, nos inquietam quanto ao presente e nos inspiram para melhorar o tempo futuro. Um desses eventos foi a celebração, em 25 de abril, dos 40 anos da Revolução dos Cravos, que pôs fim a décadas de ditadura e obscurantismo e restabeleceu as condições para uma vida democrática em Portugal.



Fonte: contramachismo.wordpress.com

O texto abaixo é a letra da primeira versão da música *Tanto Mar*, que Chico Buarque compôs, em 1974, para homenagear o povo português por sua conquista. Censurada pela ditadura brasileira, esta versão foi editada apenas em Portugal, em 1975. Leia-a, com atenção, e responda à questão.

“TANTO MAR

Sei que estás em festa, pá / Fico contente / E enquanto estou ausente / (1) **Guarda** um cravo para mim
Eu queria estar na festa, pá / Com a tua gente / E (2) **colher** pessoalmente / Uma flor do teu jardim
Sei que há léguas a nos separar / Tanto mar, tanto mar / Sei também quanto é / preciso, pá / Navegar, navegar
Lá faz primavera, pá / Cá estou doente / (3) **Manda** urgentemente / Algum cheirinho de alecrim”

Quanto à regência, os verbos numerados e sublinhados no texto são, respectivamente:

- A) (1) transitivo direto; (2) transitivo direto; (3) transitivo indireto.
- B) (1) transitivo indireto; (2) intransitivo; (3) transitivo direto.
- C) (1) intransitivo; (2) transitivo indireto; (3) transitivo direto.
- D) (1) transitivo indireto; (2) transitivo indireto; (3) transitivo indireto.
- E) (1) transitivo direto; (2) transitivo direto; (3) transitivo direto.

Leia o texto a seguir e responda a questão 10:

(1) Neste ano de (2) MEMÓRIA e VERDADE na UFRJ, vale lembrar o calendário de 2008 da universidade com o qual a instituição (3) rememorou, passados 40 anos, os (4) marcantes acontecimentos de 1968 – na comunidade acadêmica, no país e no mundo – e fez o seu tributo “aos que, (5) generosamente, doaram a imaginação de sua juventude às lutas por liberdade.”



10. Quanto à sua classe gramatical, as palavras numeradas e sublinhadas no texto são, respectivamente:

- A) (1) artigo; (2) substantivo; (3) verbo; (4) adjetivo; (5) pronome.
- B) (1) pronome; (2) adjetivo; (3) verbo; (4) substantivo; (5) advérbio.
- C) (1) pronome; (2) substantivo; (3) verbo; (4) adjetivo; (5) advérbio.
- D) (1) substantivo; (2) substantivo; (3) verbo; (4) adjetivo; (5) pronome.
- E) (1) pronome; (2) substantivo; (3) verbo; (4) verbo; (5) adjetivo.

REGIME JURÍDICO

Em 27 de março último, o Conselho Universitário da UFRJ aprovou a criação do Ano da Memória e Verdade da Universidade. Especialmente entre 1º de abril de 2014 e 1º de abril de 2015, diversas iniciativas coordenadas pela Comissão da Memória e Verdade da instituição discutirão os anos de ditadura militar marcados por graves violações de direitos na sociedade, nas instituições universitárias, em geral, e na UFRJ, em especial.

11. Dentre os deveres do servidor previstos no Título IV da Lei Federal nº 8.112/1990 elencados adiante, assinale aquele que guarda relação mais direta e imediata com as arbitrariedades como aquelas notoriamente praticadas pelo regime militar imposto pelo golpe de 1964.
- Atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo.
 - Representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.
 - Zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público.
 - Exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo.
 - Guardar sigilo sobre assunto da repartição.

12. O texto adiante é integrado de partes do artigo de Maurício Dias, publicado em 26 de abril de 2014, no Portal da revista Carta Capital.

“A difamação da política afeta o eleitor

As pesquisas mostram que, fosse hoje o pleito, 62% dos eleitores não votariam em ninguém

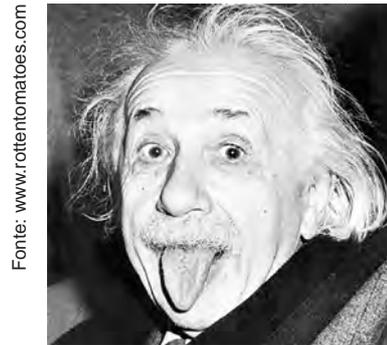
(...) não há até agora e, talvez nem haja até o dia da eleição, novidade maior do que o refluxo de eleitores apontado nas pesquisas eleitorais recentes. A soma dos percentuais de votos brancos e nulos, de rejeição e daqueles que não quiseram ou não souberam responder, está próxima dos 40%. É um percentual inédito e expressa, aproximadamente, quase 50 milhões de um total de 140 milhões de eleitores brasileiros.

Há dados conjunturais diversos dando vida a esse problema. Alguns são antigos e outros, mais modernos, como é o caso da demonização dos políticos.

(...) O ataque aos políticos, resumidamente, tem sido sempre, até agora, uma tentativa de desestabilizar a base governista. É preciso dizer com franqueza, porém, que os políticos contribuem para tanto. (...) O descrédito facilitou a ingerência de uma questão chamada judicialização da política, que, por sinal, perturba o processo democrático ao longo do mundo.(...)”

Dos dispositivos da Lei Federal nº 8.112, de 1990, relacionados nas alternativas adiante, assinale aquele que, ao contrário do quadro apresentado no texto, indica uma valorização da participação política.

- São requisitos básicos para investidura em cargo público: (...); II – o gozo dos direitos políticos.
 - No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.
 - São requisitos básicos para investidura em cargo público: (...); V – a idade mínima de dezoito anos.
 - Ao servidor é proibido valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.
 - Ao servidor é proibido utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.
13. O texto que segue apresenta trechos selecionados do artigo publicado pelo professor da UFRJ, e diretor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia - (COPPE) da Universidade, Luiz Pinguelli Rosa.

**“Um almoço para Einstein**

(...) Infelizmente, para a mentalidade conservadora e jurídicista que entrava o serviço público, tudo o que moderniza a gestão do Estado é inimigo, até mesmo as fundações de apoio, criadas por lei com esse propósito. Por sua vez, tudo o que segue o caminho mais complicado e demorado é amigo: (...) São muitas as proibições que estimulam o imobilismo e a indolência, pois qualquer iniciativa acadêmica pode violar algo. (...) O deputado Chico Alencar contou 3,7 milhões de leis “no país da cultura bacharelesca”. Uma denúncia anônima mentirosa - disparada como um míssil por um inimigo pessoal - pode levar um colega sério a ser alvo de perseguição kafkiana. (...) Em 1925, Einstein esteve na UFRJ: na Escola Politécnica e no Museu Nacional, fundados por Dom João VI. (...)Oferecer um almoço na visita de Einstein à universidade hoje poderia ser considerado um ato ilícito,(...)”.

Até que se promova a já necessária atualização do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, deve ser permanente o esforço para fazer valer o DNA democrático da lei que o instituiu, herdado da Constituição Federal, promulgada em 1988.

Assinale, adiante, a alternativa em que figura dispositivo da Lei Federal nº 8.112/1990 que assegura ao servidor público garantia contra eventuais arbitrariedades de agentes do Estado.

- A) Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.
- B) O provimento dos cargos públicos far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder.
- C) O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
- D) As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos desta Lei.
- E) No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

14. Uma das expressões da desatualização da Lei Federal nº 8.112, de 1990, já com 24 anos, é a omissão de dispositivos claros a respeito de manifestações de assédio moral, absurdamente cada vez mais comuns, sobretudo no nível das relações hierárquicas.



Fonte: cultura.culturamix.com

Além do dispositivo que proíbe o servidor de promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição, no Regime Disciplinar dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Título IV da referida Lei) há deveres que, respeitados pela autoridade, resguardam o servidor de variadas modalidades de assédio moral. Assinale, adiante, a alternativa em que esses deveres são citados:

- A) atender com presteza: ao público em geral; à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- B) zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público; ser assíduo e pontual ao serviço.
- C) ser leal às instituições a que servir; observar as normas legais e regulamentares.
- D) cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior.
- E) tratar com urbanidade as pessoas; manter conduta compatível com a moralidade administrativa.

A partir da leitura do poema *Pneumotórax*, de Manuel Bandeira, responda à questão 15:

“Febre, hemoptise, dispnéia e suores noturnos.
A vida inteira que podia ter sido e que não foi.
Tosse, tosse, tosse.

Mandou chamar o médico:

- Diga trinta e três.
- Trinta e três... trinta e três... trinta e três...
- Respire.

- O senhor tem uma escavação no pulmão esquerdo e o pulmão direito infiltrado.
- Então, doutor, não é possível tentar o pneumotórax?
- Não. A única coisa a fazer é tocar um tango argentino.”

15. Marque a alternativa correta quanto aos requisitos para a posse em cargo público.

- A) Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto fisicamente para o exercício do cargo.
- B) Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo, podendo, se necessário, ser submetido a tratamento médico oficial em concomitância com o estágio probatório.
- C) A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica em instituição hospitalar federal.
- D) A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.
- E) No ato da posse, o servidor deverá apresentar atestado médico atualizado, emitido por instituição federal ou outra credenciada.

Depois da leitura do texto adiante, responda à questão 16:

“A CRISE NAS RUAS DA EUROPA

Classe média vira o ‘novo pobre’ europeu, sem casa, sem emprego e morando na rua.

A crise econômica alterou as ruas de Paris. Em frente ao famoso Museu do Louvre, todas as semanas, passam numerosas marchas de protesto contra as medidas conservadoras do governo francês e os cortes sociais. Na bela e imponente avenida Champs Elysees, império da moda, grandes marcas como Louis Vuitton, Chanel, Dior, Giorgio Armani, entre outras, agora dividem o cenário com mendigos e sem-teto. (...)”

Fania Rodrigues. Revista Caros Amigos, abril de 2014.

16. Assinale a alternativa correta relativamente à seguridade social do servidor. Os benefícios do Plano de Seguridade Social do servidor **NÃO** compreendem, quanto ao servidor:

- A) auxílio-natalidade.
- B) assistência à saúde.
- C) salário-família.
- D) licença à gestante, à adotante e licença-paternidade.
- E) auxílio-moradia.

Os versos adiante são da belíssima obra *Pedro Pedreiro*, do autor e compositor Chico Buarque de Holanda, aqui citada apenas para nos ajudar a pensar sobre a universal e sensível questão da remuneração do trabalho. Depois de sua leitura, responda à questão 17:

“Pedro pedreiro penseiro esperando o trem
Manhã parece, carece de esperar também
Para o bem de quem tem bem de quem não tem vintém
Pedro pedreiro fica assim pensando

Assim pensando o tempo passa e a gente vai ficando prá trás
Esperando, esperando, esperando
Esperando o sol, esperando o trem
Esperando aumento desde o ano passado para o mês que vem.

(...)”

17. Sobre vencimento, remuneração, vantagens, seus valores, conforme estabelecido na Lei Federal nº 8.112, de 1990, é correto afirmar que:
- A) apenas em casos excepcionais e transitórios, o servidor poderá receber remuneração inferior ao salário mínimo.
 - B) remuneração é o vencimento do cargo efetivo, excetuadas as vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
 - C) remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
 - D) remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido do valor correspondente ao cargo em comissão eventualmente ocupado, além das vantagens pecuniárias permanentes e temporárias estabelecidas em lei.
 - E) nenhum servidor receberá remuneração inferior ao salário mínimo, a não ser temporariamente, em razão de crise decorrente de calamidade pública ou de estado de exceção.

O texto a seguir é fragmento do estudo “Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades”, do pesquisador Rodrigo Patto Sá Motta. Leia-o, atentamente, e responda à questão 18.

“Devido à prática de disseminação de documentos entre as agências da comunidade de informações, os Arquivos das AESI¹ da UFMG² e UnB³ contêm também documentos produzidos por outras AESIs universitárias, bem como volume considerável de material proveniente da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC), órgão supervisor de todas as AESI universitárias e, por sua vez, subordinado ao Serviço Nacional de Informações. (...) O desaparecimento da documentação produzida por essas Assessorias – na verdade, em muitos casos houve destruição proposital – está longe de ser acontecimento fortuito. (...)”

1 Assessoria Especial de Segurança e Informação.

2 Universidade Federal de Minas Gerais.

3 Universidade de Brasília.

18. Nos termos da Lei Federal nº 8.112, de 1990, “retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição”:
- A) é permitido ao servidor, desde que se destine à formalização de denúncia de irregularidade ou crime cometido por servidor.
 - B) é permitido ao servidor, desde que se destine à apresentação, formal ou anônima, de denúncia de irregularidade ou crime cometido por servidor.
 - C) é dever do servidor, quando se tratar de indício ou prova material de ilícito cometido por superior hierárquico.
 - D) é proibido ao servidor.
 - E) é dever do servidor, quando se tratar de indício ou prova material de ilícito cometido por superior hierárquico, podendo ser encaminhado aos órgãos de controle externo e à mídia em geral.



J.Carlos. chargistaclaudio.zip.net



Henfil



Henfil

19. Prestígio, poder, estabilidade, reconhecimento, vantagens pecuniárias – para o “bem” e o “bom” e para o “mal” e o “mau” –, sempre foram fortes atrativos para o ingresso na administração pública. Da nobreza intrínseca à coisa pública ao justo desmascaramento de mazelas e malandragens com instrumentos do Estado, o trabalho nas diversas esferas e estruturas da gestão pública é objeto do olhar crítico da sociedade e da arte, como demonstram as ilustrações acima. Nos termos da Lei Federal nº 8.112, de 1990, cargo público é:

- A) um elenco de responsabilidades previstas na estrutura organizacional ou criadas a qualquer tempo que devem ser cometidas a um servidor. Acessível a todos os brasileiros, o cargo público é criado por lei ou por decisão ministerial, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.
- B) o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor. Acessível a todos os brasileiros, o cargo público é criado por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.
- C) o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor. Acessível a todos os brasileiros, o cargo público é criado por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento exclusivo em caráter efetivo.
- D) um elenco de responsabilidades previstas na estrutura organizacional, ou criadas conforme a necessidade do serviço, que devem ser cometidas a um servidor. Acessível a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país há 10 anos ou mais, o cargo público é criado por lei ou por decisão ministerial, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.
- E) o conjunto de atribuições previstas na estrutura organizacional, ou criadas conforme a necessidade do serviço, que devem ser cometidas a um servidor. Acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

20. Concebido para valorizar a função pública e atrair competências para a administração, o instituto da pensão vem sofrendo o questionamento crescente de setores da sociedade. Tudo agravado, registre-se, pelas efetivas deficiências de parte dos serviços prestados pelo Estado, mas também pela desacreditação deliberada e sistemática do público e da política.

Câmara Federal: Terminar com as pensões para filhas de militares e funcionários civis



Assinale, adiante, a afirmação **INCORRETA** quanto ao estabelecido no Título VI da Lei Federal nº 8.112, de 1990, sobre a pensão.

- A) O cônjuge, a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do servidor são beneficiários da pensão temporária.
- B) As pensões distinguem-se, quanto à natureza, em vitalícias e temporárias.
- C) A pessoa designada, maior de 60 (sessenta) anos, e a pessoa portadora de deficiência que vivam sob a dependência econômica do servidor são beneficiários da pensão vitalícia.
- D) A pensão vitalícia é composta de cota ou cotas permanentes, que somente se extinguem ou reverterem com a morte de seus beneficiários.
- E) A pensão será concedida integralmente ao titular da pensão vitalícia, exceto se existirem beneficiários da pensão temporária.



UFRJ